

Quem são as mulheres que engravidam antes dos 20 anos no Brasil? Uma análise dos fatores associados à gravidez na adolescência¹

Neiva Maria Borgato*
Maria Coleta F. A. Oliveira**

Resumo: A gravidez na adolescência não se constitui um problema *per se*. Condições históricas e sociais específicas delimitaram como problema o que outrora configurava uma situação cotidiana. Sabemos que as oportunidades não são colocadas para todos os jovens da mesma maneira, principalmente no que diz respeito à escolarização e entrada no mercado de trabalho, mas também no que diz respeito ao exercício da sexualidade não vinculado à reprodução. Os dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher realizada no Brasil em 2006 apontam que, entre todas as mulheres que já tiveram experiência sexual, 40,2% engravidaram antes dos 20 anos. A partir dos dados desta pesquisa, a proposta deste trabalho é analisar algumas características das mulheres que engravidaram antes dos 20 anos e compará-las com as mulheres que não engravidaram nesta idade. Para tal propósito selecionamos variáveis correntemente discutidas na literatura acerca da gravidez na adolescência: a idade atual das mulheres, a região de residência, escolaridade, cor, a idade à primeira relação sexual e o uso ou não de métodos contraceptivos na primeira relação sexual. Além da análise descritiva, um modelo de regressão logística foi utilizado para avaliar as chances de uma mulher engravidar antes dos 20 anos, segundo informações levantadas em 2006, entre as mulheres brasileiras. Em seguida debruçamo-nos sobre questões acerca do planejamento da fecundidade e das razões e consequências apontadas pelas entrevistadas da gravidez antes dos 20 anos.

Introdução

Desde os anos 1960 observa-se tendência de queda nos níveis de fecundidade no Brasil. No entanto, a redução da fecundidade não foi acompanhada do deslocamento da idade ao nascimento dos filhos para faixas etárias mais velhas, como nos países desenvolvidos. Para Cavenaghi e Alves (2011), essa é a característica mais marcante do comportamento reprodutivo brasileiro: ter poucos filhos e tê-los mais cedo na vida.

Os dados censitários mostram que desde 1980 as taxas específicas de fecundidade diminuíram em todos os grupos etários (considerando o período reprodutivo da mulher dos 15 aos 49 anos), exceto no segmento de 15 até 19 anos. Nas palavras de Berquó e Cavenaghi (2004; 2005), a fecundidade brasileira sofreu um processo de rejuvenescimento.

¹ Trabajo presentado en el V Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, Montevideo, Uruguay, del 23 al 26 de octubre de 2012.

* Doutoranda em Demografia IFCH/UNICAMP (neiva_maria@yahoo.com.br)

** Departamento de Demografia IFCH/UNICAMP, Núcleo de Estudos de População NEPO/UNICAMP (mcoleta@nepo.unicamp.br).

Berquó e Cavenaghi (2005) analisaram dados dos censos de 1991 e 2000, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para os anos de 2001 e 2003, além de dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) e dos Registros Vitais e constataram que todas as fontes de dados corroboram que houve de fato um aumento das taxas específicas de fecundidade para o grupo de 15 a 19 anos entre 1991 e 2000. As autoras pontuam que esse aumento não se sustentou nos anos seguintes, sendo que a partir dos anos 2000 a taxa específica de fecundidade para o grupo de 15 a 19 anos volta a se aproximar dos valores observados para a década de 1980.

De fato, dados preliminares do censo 2010 sinalizam que o padrão rejuvenescido da fecundidade brasileira apresenta sinais de alteração neste início de século. Os grupos etários de 15 a 19 e de 20 a 24 anos que em 2000 concentravam 18,8% e 29,3% da fecundidade total respectivamente, passaram a responder por 17,7% e 27% em 2010. Por outro lado, a contribuição das mulheres acima dos 30 anos aumentou de 27,6% em 2000 para 31,3% em 2010².

Será que esses dados apontam para uma tendência de reversão das taxas específicas de fecundidade? É preciso avaliar melhor esta possível tendência bem como suas consequências. O fato é que este padrão rejuvenescido da fecundidade no país, até os anos 2000, fez com que a gravidez na adolescência passasse a ser recorrentemente analisada como um problema social. O tema ganhou espaço na pesquisa e na mídia.

Se em um passado não muito distante era aceitável que a reprodução começasse mais cedo em contextos de união, hoje se espera que as mulheres invistam em outros campos da vida antes de constituir família. A percepção acerca do tempo de juventude mudou. De tal modo que, além da elevação da taxa específica de fecundidade até fins da década de 1990, a gravidez na adolescência ganhou visibilidade também devido a uma dada percepção socialmente partilhada sobre a necessidade de expansão do tempo de preparação do indivíduo para a vida adulta.

Brandão (2006) chama a atenção para o fato de, em geral, os discursos sobre a gravidez na adolescência adquirirem um tom alarmista e moralista, associando-a a pobreza e desestruturação familiar. A autora enfatiza que muitos estudos sobre a fecundidade adolescente partem da perspectiva de que a experiência precoce da gravidez/maternidade é um fenômeno prejudicial às adolescentes e seus filhos, considerando a dimensão da saúde

² http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2018&id_pagina=1

materna e infantil, mas também a esfera de oportunidades econômicas que seriam potencialmente constrangidas pela maternidade precoce.

Entendemos que a noção de adolescência está relacionada à posição ocupada pelos indivíduos na estrutura social. Como destaca Almeida (2002), a juventude antes de estar vinculada a um grupo etário é um processo. As afirmações genéricas sobre a juventude, suas expectativas e supostos problemas precisam ser tomadas com reservas. Analisar a gravidez na adolescência implica, portanto, situá-la no contexto em que ocorre.

Ainda assim, pode-se indagar que curso de vida estaria associado à gravidez chamada precoce. Um estudo do IPEA de 2008 verificou que cerca de 20% das adolescentes do estrato de renda mais baixo são mães, enquanto no estrato de renda acima de cinco salários mínimos essa proporção não chega a 1%. A publicação do IPEA (2008) também destaca que entre 1996 e 2006 a proporção de jovens de 15 a 19 anos com filhos reduziu-se em todos os quintis de renda, com exceção do primeiro, em que subiu de 18,3% para 20,6%. É importante investigar o porquê disto bem como suas implicações em termos dos impactos nas trajetórias das meninas.

Considerando este cenário, neste trabalho analisaremos algumas características das mulheres que engravidaram antes dos 20 anos no Brasil. Para tanto, serão analisados dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS – 2006. A partir dos dados da pesquisa objetiva-se traçar um perfil das mulheres que engravidaram antes dos 20 anos, e compará-las com aquelas que não tiveram experiência reprodutiva nesta faixa etária.

Além da análise descritiva, um modelo de regressão logística foi utilizado para avaliar as chances de uma mulher engravidar antes dos 20 anos, segundo informações levantadas em 2006, entre as mulheres brasileiras.

A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher - 2006

A PNDS 2006 traça um perfil da população feminina em idade fértil e das crianças menores de cinco anos no Brasil. A pesquisa corresponde à quarta rodada do *Demographic and Health Survey (DHS)* no país, antecedida pelos levantamentos de cobertura nacional de 1986 e 1996, e pela pesquisa restrita à Região Nordeste, de 1991. O principal objetivo da PNDS é fornecer subsídios para a avaliação da saúde da mulher e da criança no Brasil. Além disso, é importante destacar que, embora tenha sofrido algumas modificações, dados da PNDS 2006 podem ser comparados com os das pesquisas congêneres realizadas anteriormente no país, bem como com as pesquisas internacionais do mesmo tipo.

A população alvo da PNDS são as mulheres de 15 a 49 anos e seus filhos menores de cinco anos. A pesquisa apresenta representatividade nacional e permite a desagregação dos dados para as cinco macrorregiões brasileiras bem como segundo a situação de domicílio (urbano/rural).

A amostra da pesquisa foi construída segundo modelo estratificado de conglomerados aleatório simples em duas etapas: (i) sorteio aleatório dos setores censitários e (ii) sorteio dos domicílios dentro dos setores censitários. Foram sorteados 14.617 domicílios e 15.575 mulheres foram entrevistadas. Foram obtidas informações de 5.065 crianças menores de cinco anos. Estes valores foram expandidos para a população total, de acordo com os resultados da PNAD de 2006³.

O questionário foi composto por uma ficha do domicílio e um questionário individual, respondido por todas as mulheres entre 15 e 49 anos residentes nos domicílios sorteados. A ficha do domicílio incluiu informações sobre todos os moradores (relação com o responsável, sexo, idade, escolaridade), sobre rendimentos e benefícios recebidos. Além dos dados sobre as condições materiais, este questionário incluiu dois módulos especiais: segurança alimentar e teste de iodo do sal.

O questionário individual incluiu questões sobre reprodução, anticoncepção, conjugalidade e atividade sexual, planejamento da fecundidade, características do cônjuge e trabalho da mulher, história de todos os nascidos vivos tidos pelas entrevistadas e acesso a medicamentos. Foram coletadas medidas antropométricas e amostras de sangue para a detecção de anemia. Para os nascidos vivos a partir de 2001, o inquérito foi aprofundado com questões sobre o histórico da gravidez e do parto, dados sobre amamentação, nutrição e saúde, peso e altura da criança. Também foi coletado sangue das crianças para o teste de anemia (Ministério da Saúde, 2008).

Para cumprir os objetivos deste trabalho, todas as mulheres entrevistadas na PNDS 2006 que haviam iniciado a vida sexual, foram divididas em dois grupos: 1) mulheres que engravidaram antes dos 20 anos; 2) mulheres que não engravidaram nesta faixa etária, inclusive aquelas que nunca engravidaram. No modelo de regressão logística não foram incluídas as mulheres que tinham entre 15 e 19 anos no momento da entrevista, uma vez que estas ainda se encontravam expostas ao risco de uma gravidez antes dos 20 anos e poderiam enviesar este tipo de análise.

³ Para o detalhamento dos procedimentos de construção da amostra consultar o relatório final da pesquisa (Ministério Da Saúde, 2008), de onde foram retiradas as informações aqui reproduzidas.

Resultados

Os dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS – 2006 revelam que, entre todas as mulheres que já tiveram experiência sexual, 40,2% engravidaram antes dos 20 anos. No que se refere à distribuição etária destas mulheres, verifica-se um aumento progressivo da participação dos grupos etários mais jovens, sendo que a maior parte das mulheres que engravidou antes dos 20 anos concentra-se nos grupos etários de 20 a 24 e 25 a 29 anos.

O grupo de 15 a 19 anos precisa ser analisado com cautela, uma vez que as mulheres nessa faixa etária ainda não completaram o período de exposição ao risco de uma gravidez antes dos 20 anos. Os dados da pesquisa mostram que 44,8% das mulheres com idades entre 15 e 19 anos ainda não tinham iniciado sua vida sexual até o momento da entrevista. No entanto, é importante destacar que entre aquelas que iniciaram a vida sexual, 41,9% já havia engravidado, conforme os dados apresentados na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Características das mulheres que engravidaram e não engravidaram antes dos 20 anos

Anos de estudo	Gravidez na Adolescência					
	Sim		Não		Total	
	N	%	N	%	N	%
0-4	6.101.433	33,1	4.145.141	15,1	10.246.574	22,4
5-8	7.011.064	38,1	6.541.069	23,9	13.552.133	29,6
9 e mais	5.305.632	28,8	16.710.129	61,0	22.015.761	48,1
Usou Método Contraceptivo na primeira relação sexual						
Sim	7.530.703	40,9	18.306.748	66,8	25.837.451	56,4
Não	10.887.425	59,1	9.089.591	33,2	19.977.016	43,6
Região de Residência						
Sul	2.559.159	13,9	4.486.819	16,4	7.045.978	15,4
Nordeste	5.386.415	29,2	5.979.571	21,8	11.365.986	24,8
Norte	1.911.428	10,4	1.584.728	5,8	3.496.156	7,6
Sudeste	6.993.994	38,0	13.487.312	49,2	20.481.306	44,7
Centro Oeste	1.567.132	8,5	1.857.910	6,8	3.425.042	7,5
Idade na Primeira relação sexual						
Até 16 anos	12.088.059	65,6	6.163.070	22,5	18.251.129	39,8
17 anos ou mais	6.330.068	34,4	21.233.269	77,5	27.563.337	60,2
Cor						
Branças	5.963.034	32,4	12.623.233	46,1	18.586.267	40,6
Não brancas	12.455.094	67,6	14.773.106	53,9	27.228.200	59,4
Idade Atual						
15-19	1.946.416	10,6	2.694.963	9,8	4.641.379	10,1
20-24	3.331.461	18,1	4.176.605	15,2	7.508.066	16,4
25-29	3.285.506	17,8	4.131.725	15,1	7.417.231	16,2
30-34	2.882.049	15,6	4.113.853	15,0	6.995.902	15,3
35-39	2.434.033	13,2	4.382.588	16,0	6.816.621	14,9
40-44	2.530.304	13,7	4.238.106	15,5	6.768.410	14,8
45-49	2.008.359	10,9	3.658.498	13,4	5.666.857	12,4
N	18.418.128	100,0	27.396.338	100,0	45.814.466	100,0
n	6.238		7.399		13.637	

Fonte: PNDS 2006. Tabulação Própria.

Os estudos acerca da gravidez na adolescência no Brasil destacam a relação inversa entre a escolaridade das mulheres e o evento da gravidez antes dos 20 anos (Berquó; Cavenaghi, 2005; Cavenaghi; Alves, 2011; Heilborn et al 2006). Também analisando os dados da PNDS 2006, Oliveira e Vieira (2009) chamaram a atenção para o fato de que a escolaridade média das mulheres que não vivenciaram experiência reprodutiva enquanto ainda adolescentes é sempre maior comparativamente àquelas que engravidaram ou tiveram filhos antes dos 20 anos. As diferenças tendem a se manter em torno dos 2,5 anos, com exceção das mais velhas – 3,18 anos – e das mais jovens – 1,5 anos de estudo. Essas

diferenças são condizentes com a elevação da escolaridade feminina no Brasil desde a década de 1970 e apontam para diferenciais de coorte, enfatizam as autoras.

De fato, observamos que entre as mulheres que engravidaram antes dos 20 anos, apenas 28,8% chegam a alcançar os nove ou mais anos de estudo, enquanto entre aquelas que não engravidaram este número salta para 61%.

Outro elemento importante nas análises acerca da gravidez na adolescência são os diferenciais por cor. A partir dos dados apresentados na Tabela 1 nota-se que pouco mais de dois terços das mulheres que engravidaram na adolescência não são brancas. Embora as mulheres não brancas sejam maioria na população, este número não justifica tamanha discrepância, que certamente encontra explicação nas inúmeras desigualdades que ainda marcam a sociedade brasileira.

As circunstâncias em que a primeira relação sexual ocorre também têm sido apontadas como importantes elementos explicativos para a ocorrência da gravidez na adolescência (Longo, 2001; Heilborn et al, 2006). Exploramos neste trabalho a idade à primeira relação sexual e o uso de contraceptivos na primeira relação sexual para as mulheres que engravidaram e não engravidaram antes dos 20 anos.

Enquanto 65,6% das mulheres que engravidaram antes dos 20 anos vivenciaram sua primeira experiência sexual até a idade de 16 anos, este número é de apenas 22,5% para as mulheres não engravidaram nesta faixa etária. A maior parte das mulheres que não engravidou antes dos 20 anos iniciou a vida sexual um pouco mais tarde, com 17 anos ou mais: 77,5%.

No que diz respeito ao uso de métodos contraceptivos, entre todas as mulheres entrevistadas pela PNDS 2006, 87,2% já usaram ou estavam usando algum tipo de método contraceptivo no momento da entrevista. Mais especificamente, 79,6% das entrevistadas afirmaram que estavam usando contraceptivos no momento da pesquisa e apenas 2,4% delas nunca haviam usado qualquer método anticoncepcional⁴.

Em relação ao uso de métodos contraceptivos na primeira relação sexual verificou-se que enquanto 66,8% das mulheres que não engravidaram na adolescência usaram algum tipo de contraceptivo na ocasião da primeira relação sexual, para aquelas que engravidaram antes dos 20 anos o percentual é de apenas 40,9%.

Por outro lado, em trabalho anterior (Borgato, 2011) vimos que a proporção de mulheres que engravidaram antes dos 20 anos e usavam métodos contraceptivos no momento

⁴ Dados não apresentados.

da entrevista era maior que entre aquelas que não engravidaram até esta idade: 85,1 e 76,1 respectivamente. É possível inferir que esta propensão seja uma consequência da própria experiência da gravidez na adolescência (Almeida, 2001; Aquino et al, 2006). Ou seja, é possível que o fato de ter vivenciado uma gravidez precoce, e eventualmente não desejada, conduza a mulher a adotar meios de proteção a fim de evitar outra experiência semelhante.

Finalmente, a partir dos números apresentados na Tabela 1 observa-se que as regiões Sul e Sudeste, as mais ricas e desenvolvidas do país, apresentam a menor proporção de mulheres que engravidaram na adolescência. Por outro lado, a região Norte, embora concentre a menor proporção de mulheres em idade reprodutiva no Brasil, é a que apresenta a maior proporção de mulheres que engravidaram antes dos 20 anos.

A influência das variáveis descritas acima sobre a chance de uma mulher engravidar antes dos 20 anos foi avaliada por meio de um modelo de regressão logística, apresentado na Tabela 2 abaixo. Os resultados serão apresentados como razão de chances (*odds ratios*, intervalo de confiança 95%), que medem a associação entre determinada categoria e a variável dependente. Ou seja, uma razão de chance maior que um representa o risco de uma mulher engravidar antes dos 20 anos, quando comparada à mulher na categoria de referência. As mulheres com idades entre 15 e 19 anos no momento da entrevista não foram incluídas no modelo, uma vez que se trata de um grupo que ainda encontrava-se exposto ao risco de uma gravidez antes dos 20 anos.

Tabela 2 - Modelo Logístico Gravidez na Adolescência entre mulheres de 20 a 49 anos, Brasil, 2006.

Variáveis	Odds Ratios	Wald F	Significância
Idade na Primeira Relação Sexual			
Até 16 anos	4,963	364,853	0,000***
17 anos ou mais	1,000		
Uso Método Contraceptivo na primeira relação sexual			
Sim	1,000	109,401	0,000***
Não	2,365		
Idade na Primeira União			
Depois dos 20 anos	1,000	264,677	0,000***
Antes dos 20 anos	10,233		
Nunca Unidas	0,898		
Anos de Estudo			
0 a 4 anos	1,920	25,895	0,000***
5 a 8 anos	1,812		
9 e mais	1,000		
Cor			
Branças	1,000	17,785	0,000***
Não Brancas	1,409		
Idade Atual			
20-24	1,480		
25-29	1,481		
30-34	1,428	2,482	0,030**
35-39	1,133		
40-44	1,231		
45-49	1,000		
Região de Residência Atual			
Sudeste	0,888		
Nordeste	1,032	2,544	0,038**
Norte	1,220		
Centro-Oeste	1,141		
Sul	1,000		

Fonte: PNDS 2006 Nível de Significância: *0,10 **0,05 ***0,01

Observamos que as mulheres que iniciaram a vida sexual até os 16 anos têm uma chance quase cinco vezes maior de serem mães na adolescência quando comparadas às mulheres que vivenciaram a primeira experiência sexual com 17 anos ou mais. No que diz respeito ao uso de contraceptivos na primeira relação sexual, verificou-se que o fato de não usar qualquer método aumenta mais de duas vezes a chance de uma mulher engravidar antes dos 20 anos. Ou seja, a gravidez na adolescência parece sim ter a ver com uma conduta de não proteção ao início da vida sexual.

A literatura acerca da gravidez adolescente vincula a falta de proteção no início da vida sexual às reservas que ainda imperam no que diz respeito à sexualidade das meninas (Castro, Abramovay e Silva, 2004; Heilborn et al, 2006). De certo modo, uma possível

preparação para a primeira relação sexual seria comprometida pelos preconceitos que a cercam. É importante ter isso em conta, uma vez que dados da própria PNDS 2006 analisados anteriormente (Borgato, 2011), confirmam que a vida sexual das mulheres tem começado cada vez mais cedo. Se no grupo etário de 45 a 49 anos, 38% das mulheres declararam ter iniciado sua vida sexual após terem completado pelo menos 20 anos, no grupo de 20 a 24 anos esse percentual cai para 8%.

O adiantamento da vida sexual obviamente antecipa e prolonga o período de exposição ao risco de uma gravidez, de modo que o recurso a métodos de proteção (ou eventualmente ao aborto) certamente afetam a chance de que uma gravidez aconteça antes dos 20 anos.

As mulheres que se uniram antes dos 20 anos apresentam uma chance mais de 10 vezes maior de engravidar na adolescência, o que de fato é esperado. A análise dos dados da PNDS 2006 realizada anteriormente (Borgato, 2011) revelou que as mulheres que engravidaram antes dos 20 anos se unem em idades mais precoces que aquelas que não engravidaram. Para as mulheres que não engravidaram antes dos 20 anos, a idade a começar a viver com o primeiro companheiro concentra-se no grupo de 20 a 24 anos, enquanto para aquelas que engravidaram observamos uma dispersão dos 14 até os 19 anos, com concentração entre os 16 e 17 anos.

Deste modo, as evidências da PNDS sugerem que a gravidez, ainda que antes dos 20 anos, está associada à formação de um par conjugal. O tipo de tratamento das informações não permite precisar exatamente o que aconteceu primeiro, se a gravidez ou a união. Porém, a gravidez parece fazer parte de um contexto de relações afetivas pré-existentes. É possível que uma parcela dos eventos relatados pelas entrevistadas componha um fenômeno já relatado pela bibliografia, em que a chegada de um filho ou mesmo a própria gravidez precipita a formação da união, eventualmente planejada para um futuro incerto (Almeida, 2001; Aquino et al, 2006; Bilac; Oliveira; Muskat, 2001; Oliveira, 2001).

Tomando como referência as mulheres de 45 a 49 anos, percebemos que as chances de uma gravidez acontecer antes dos 20 anos aumentam para as demais faixas de idade, principalmente para as mulheres entre os 20 e 29 anos. Estes resultados condizem com os dados que atestam que a gravidez na adolescência ganha relevância no país a partir da década de 1990.

Outra informação relevante, que acompanha a leitura da análise descritiva acima, é que em relação às mulheres de escolaridade mais elevada, as mulheres com até quatro anos de estudo apresentam uma chance 92% maior de engravidarem na adolescência. A elevação da

escolaridade para o nível fundamental (5-8 anos) já diminui um pouco essa chance, conforme pode ser constatado na Tabela 2.

Antes mesmo da divulgação dos resultados da PNDS 2006, análises de dados censitários para o Brasil já apontavam a importância da escolaridade para a análise da gravidez na adolescência. Com base nos dados dos censos de 1991 e 2000, Berquó e Cavenaghi (2005) destacam a educação como um dos fatores diferenciadores das chances de uma adolescente tornar-se mãe, ao lado do acesso à informação e a serviços de saúde adequados.

As autoras citam o trabalho de Heilborn et al (2002) e lembram que o problema não está apenas no acesso à escola, mas também na qualidade do ensino. A baixa qualidade da educação limitaria as oportunidades de trabalho, o que poderia induzir as mulheres a começar suas famílias mais cedo. Ter filhos e formar família seria o projeto de vida possível. Em um sistema educacional melhor, não apenas em termos de cobertura, mas também com mais qualidade, mais oportunidades de emprego poderiam ser vislumbradas, adiando o projeto da maternidade.

O cenário de desigualdade que marca a gravidez na adolescência evidencia-se também através dos diferenciais por cor, conforme destacamos acima. As mulheres não brancas têm uma chance 40,9% maior de engravidar antes dos 20 anos em relação às mulheres brancas. Por fim, temos os diferenciais regionais para a gravidez na adolescência. Tomando como referência a região Sul, temos que as mulheres das regiões Norte e Centro Oeste são as mais vulneráveis a uma gravidez na adolescência. O fato de residir nessas regiões aumenta a chance da gravidez antes dos 20 anos em 22% e 14% respectivamente.

Planejamento da gravidez, razões e consequências da gravidez antes dos vinte anos

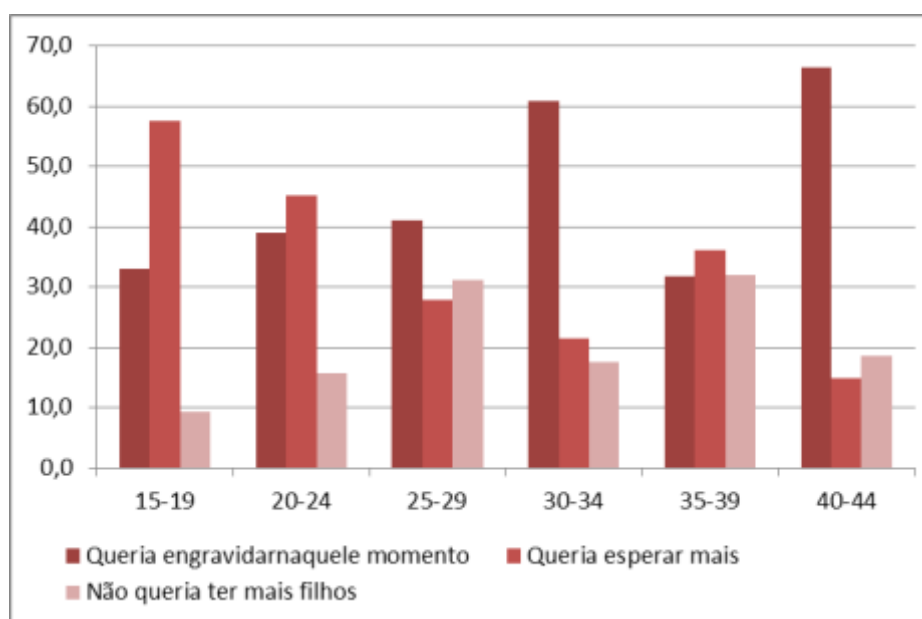
Além de traçar um perfil, ainda que bastante sucinto, das mulheres que engravidaram antes dos 20 anos no Brasil em 2006, e de analisar a influência de algumas variáveis sobre a chance de uma gravidez precoce, analisamos também questões referentes ao planejamento da gravidez e sobre as razões e consequências de engravidar/ter um filho na adolescência.

Todas as mulheres grávidas no momento da entrevista da PNDS 2006 responderam à seguinte pergunta: “Quando ficou grávida, estava querendo engravidar naquele momento, queria esperar mais, ou não queria ter mais filhos?”.

Nos grupos de 15 a 19 e de 20 a 24 anos, a maior parte das mulheres não engravidou no momento esperado: 57,7% das adolescentes e 45,2% das mulheres de 20 a 24 anos declararam que queriam ter esperado mais para engravidar. Não é desprezível, no entanto, o fato de pouco mais de 30% das adolescentes ter declarado que desejavam a gravidez no momento em que ela aconteceu. Para o grupo etário de 25 a 29 anos, aumenta a proporção de mulheres que desejavam ter engravidado, 40%. Porém somando-se os quesitos “queria esperar mais” e “não queria ter mais filhos” o percentual chega a 60%.

Apenas nos grupos de 30 a 34 e 40 a 44 anos a maioria das mulheres gostaria de ter engravidado no momento em questão: 60% e 66,5% respectivamente. Os altos índices para essa resposta podem sugerir que, nesses grupos, as mulheres começariam a sentir a aproximação dos limites biológicos do corpo para a reprodução.

Gráfico 1
Planejamento da fecundidade



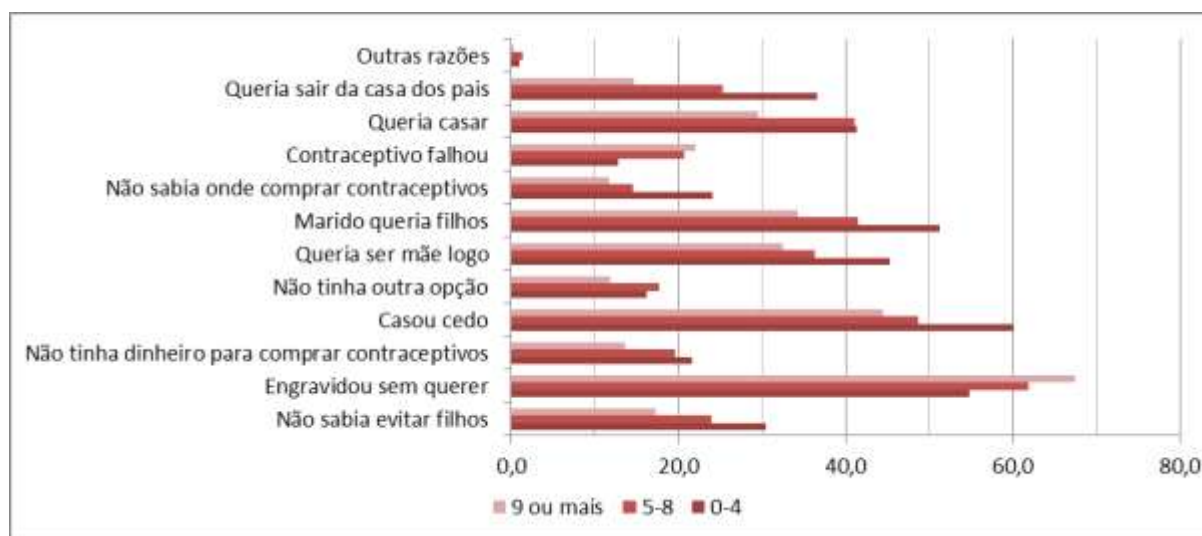
Fonte: PNDS 2006.

A PNDS 2006 também perguntou às mulheres de até 25 anos e que engravidaram antes dos 20 anos quais teriam sido as razões e consequências de terem engravidado antes dos 20 anos. Esta restrição das idades das mulheres (até 25 anos à época da entrevista) é interessante porque recorta justamente aquelas para quem a experiência de uma gravidez supostamente precoce era fato recente. Analisamos essas questões tendo como recorte a escolaridade das entrevistadas.

Essas perguntas foram apresentadas às entrevistadas da seguinte maneira: “Quais das seguintes razões explicam melhor por que teve filhos ou engravidou antes dos 20 anos?” e “Quais das seguintes situações explicam melhor as mudanças que ocorreram na sua vida por ter engravidado ou ter tido filho(s) antes dos 20 anos?”. Na sequência, uma lista de opções era apresentada e as entrevistadas respondiam se “sim”, “não” ou “não sabe” para cada uma delas. Trata-se, portanto, de questões de múltipla escolha, em que uma resposta não exclui as demais, assim, os percentuais para cada razão, bem como para as consequências apontadas, foram calculados a partir do número total de respostas em cada grupo de escolaridade.

Quando questionadas acerca das razões para terem engravidado antes dos 20 anos a principal resposta das mulheres com escolaridade superior a quatro anos de estudo foi que engravidaram sem querer: quase 70% para as mulheres com escolaridade superior a nove anos de estudo e cerca de 60% para as mulheres com escolaridade entre cinco e oito anos de estudo. Entre as mulheres menos escolarizadas, 60% declarou que engravidou por casou cedo.

Gráfico 2
Razões para engravidar segundo anos de estudo



Fonte: PNDS, 2006

Mas o fato de casar cedo como justificativa para a gravidez antes dos 20 anos não parece constituir exceção, já que se trata da segunda razão mais apontada entre as mulheres com escolaridade de cinco a oito anos de estudo e também entre as mais escolarizadas. As respostas “o marido queria filhos” e “queria casar” também foram bastante marcadas e demonstram que a gravidez aparece fortemente vinculada a contextos de união no Brasil.

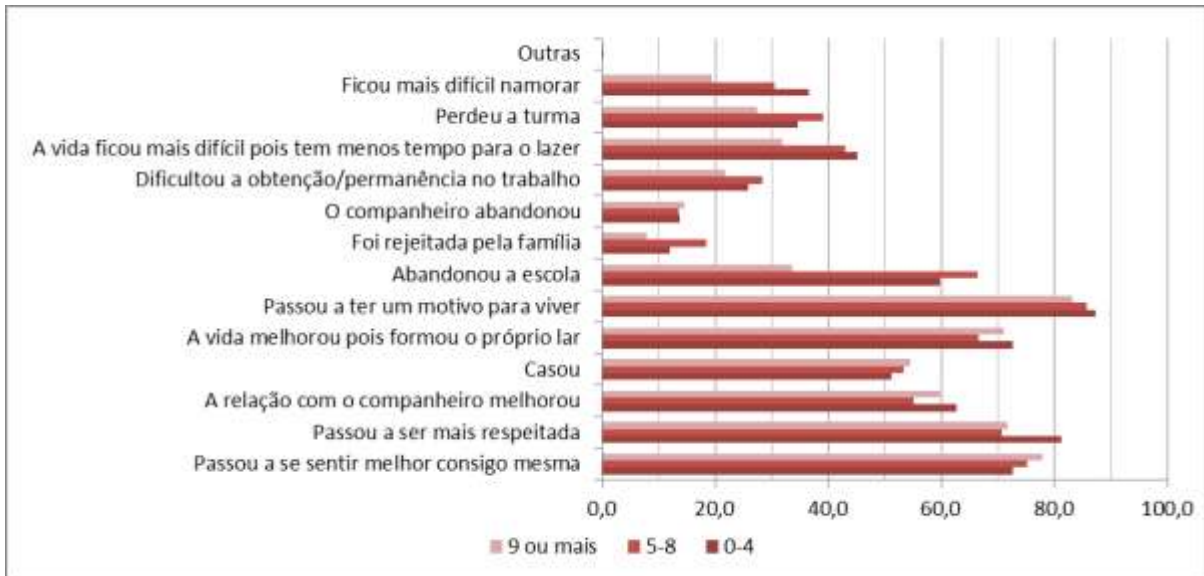
É importante enfatizar as razões apontadas que estão relacionadas com o conhecimento e acesso aos métodos contraceptivos. Entre as mulheres com até quatro anos de

estudo, 30% alegaram que engravidaram porque não sabiam como evitar filhos. Para aquelas com nove ou mais anos de estudo 17% das mulheres apresentaram essa razão. As menos escolarizadas também apontaram a falta de dinheiro para comprar contraceptivos como uma das razões para engravidar em proporção maior que as mais escolarizadas: cerca de 20% e 13%, respectivamente. Estes dados sugerem que, principalmente para as mulheres menos escolarizadas, a falta de conhecimento e os problemas de acesso aos métodos contraceptivos são relevantes, pelo menos na percepção das entrevistadas, como explicação para uma gravidez antes dos 20 anos. Estas evidências apontam para a importância do acesso e da informação acerca da contracepção na determinação da reprodução na adolescência.

Contrariando a ideia de que a gravidez nesta faixa etária é sempre prejudicial, os dados nos mostram que a percepção das mulheres sobre a gravidez antes dos 20 anos é predominantemente positiva.

As mulheres que engravidaram antes dos 20 anos enfatizam os ganhos emocionais dessa experiência. De modo que, a maternidade é colocada como uma fonte de realização pessoal para a maior parte das mulheres que engravidaram na adolescência, independentemente da escolaridade. Como podemos observar no Gráfico 3 abaixo, predominam nas respostas as consequências positivas: as mulheres consideram que passaram a ter um motivo para viver e que começaram a ser mais respeitadas depois da gravidez. Além disso, destacam-se as consequências ligadas à formação do par conjugal. A formação do próprio lar, o casamento e melhoras no relacionamento foram opções recorrentemente apontadas pelas entrevistadas.

Gráfico 3
Consequências da gravidez antes dos 20 anos segundo anos de estudo



Fonte: PNDS, 2006

O abandono da escola, porém, foi uma das respostas negativas mais citadas: entre as mulheres com até quatro anos de estudo 59,3% declararam ter abandonado a escola por conta da gravidez. Na faixa de cinco até oito anos de estudo 66,3% das mulheres afirmaram que deixaram a escola e, por fim, entre as mulheres com nove anos de estudo ou mais este percentual é reduzido para 33,2%.

Estas indicações nos fazem revisitar estudos de caráter antropológico, que chamam a atenção para os significados da reprodução chamada precoce em certas camadas da população. Almeida (2002) pondera que muitas meninas saem da escola mesmo antes da gravidez. A autora argumenta que a gravidez apenas aparece como o motivo principal de abandono definitivo da escola quando esta já não faz mais parte do projeto de vida das adolescentes. Quando a escolaridade obtida já lhes parece suficiente para o novo projeto de vida delineado, ou seja, o de casar e constituir família. Outros estudos demonstram ainda que para mulheres mais pobres a formação da família, ter filhos mais cedo, pode ser um evento positivo (BRANDÃO, 2006). A mudança da condição de filha para a de mãe poderia sim representar uma mudança de status valorizada no meio social de algumas meninas.

Mas há também as consequências negativas que se referem à esfera da sociabilidade, dos relacionamentos pessoais. Entre essas respostas, as das mulheres de menor escolaridade superam as daquelas com nove ou mais anos de estudo. Por exemplo, 45% das mulheres do grupo de até quatro anos de estudo afirmaram que depois da gravidez têm menos tempo para o lazer. Já no grupo das mulheres com nove ou mais anos de estudo, este percentual é de 32%.

A maior diferença pode ser observada em relação à dificuldade para namorar: 36,4% das mulheres do grupo de 0 a 4 anos de escolaridade declararam que depois da gravidez aumentaram as dificuldades para namorar, enquanto no grupo de maior escolaridade apenas 19,4% apontaram essa dificuldade. De qualquer maneira, os dados reunidos pela pesquisa evidenciam mudanças tanto positivas quanto negativas na vida das adolescentes subsequentemente a uma gravidez ou ao nascimento do primeiro filho.

Considerações Finais

A gravidez na adolescência não se constitui um problema *per se*. Condições históricas e sociais específicas delimitaram como problema o que outrora configurava uma situação cotidiana.

Brandão (2006) analisa uma série de pesquisas que apontam que, em muitos casos, a gravidez é sim desejada pelas meninas, fazendo parte da construção e da afirmação de sua identidade. No entanto é importante não simplificar a questão. Se de fato é necessário questionar a maneira como a gravidez na adolescência é construída como um problema, a partir da universalização de determinados valores que seriam próprios da juventude, também é preciso considerar as condições em que a gravidez coloca-se como escolha. Vimos neste trabalho que as mulheres menos escolarizadas, não brancas e residentes na região Norte são aquelas com as maiores chances de engravidar antes dos 20 anos. Além disso, apenas entre as mulheres com até quatro anos de estudo a principal razão apontada para a gravidez foi o casamento e não o acaso, como para as mulheres com escolaridade superior ao ensino básico. É importante sim e é preciso questionar por que isso acontece.

Sabemos que as oportunidades não são colocadas para todos os jovens da mesma maneira, principalmente no que diz respeito à escolarização e entrada no mercado de trabalho, mas também no que diz respeito ao exercício da sexualidade não vinculado à reprodução. É necessário, então, colocar em pauta as opções que estão sendo apresentadas às adolescentes em diferentes camadas sociais. É fundamental que alternativas sejam apresentadas para que a maternidade não se configure como a única alternativa de autoafirmação e construção da identidade.

Outra questão para se ter em mente, mas que não foi abordada neste trabalho, são as diferenças que ainda percebemos em relação aos comportamentos esperados para homens e mulheres. A dicotomia “mulher para namorar” e “mulher para casar” ainda parece valer. Mesmo que as relações sexuais antes do casamento sejam esperadas e aceitas, as meninas ainda precisam manter determinadas condutas para serem consideradas “de respeito”.

A gravidez aparece assim como responsabilidade das meninas. São elas que precisam cuidar para que uma gravidez não aconteça. Não se fala em responsabilidade dos rapazes em relação à sua vida sexual. Nesse sentido Heilborn e Cabral (2006) enfatizam que, além do planejamento familiar, é preciso investir na educação sexual como um instrumento que poderia de fato levar a práticas de contracepção e proteção nas relações sexuais de maneira regular entre os jovens. Além das informações acerca da fisiologia da reprodução é importante também colocar em discussão as normas de comportamentos vigentes.

Em suma, ainda que a gravidez não represente necessariamente um elemento destruturador para a vida das adolescentes, é preciso garantir condições de escolha reais para as meninas. Os direitos sexuais e reprodutivos no Brasil, parecem não se estender, ainda, aos adolescentes.

Referências bibliográficas

- Almeida, M. A. S. (2001) **Treze meninas e suas histórias...** (Um estudo sobre mães adolescentes). 202f. Tese (Doutorado em Sociologia), Faculdade de Ciências e Letras-Unesp, Araraquara-SP.
- Almeida, P. C. (2002). Gravidez na adolescência em grupos populares urbanos. In: Almeida H. B. et al (orgs.) **Gênero em matizes**. Bragança Paulista: Edusf.
- Aquino, E. M. L. et al. (2006) Gravidez na adolescência: a heterogeneidade revelada. In: Heilborn, M. L. et al. (orgs.) **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz.
- Berquó, E. e Cavenaghi, S. (2005). Increasing Adolescent and Youth Fertility in Brazil: A New Trend or a One-Time Event?. *Annals Population Association of America: 2005 Annual Meeting*, session 151, Pennsylvania, Philadelphia.
- Berquó, E. e Cavenaghi, S. (2004). Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. In: Encontro Nacional De Estudos Populacionais, 14, 2004. **Anais...** Caxambu (MG), Abep.
- Bilac, E. D.; Oliveira, M. C. F. A.; Muskat, M. (2001) The “Family Man”: conjugality and fatherhood among middle-class Brazilian men in the 1990s. In: Hogan, D. J. (Org.) **Population Change in Brazil: contemporary perspectives**. Campinas: Nepo/Unicamp, p. 81-140.
- Borgato, N. M. (2011) **Gravidez na adolescência: indesejada para quem?** 107f. Dissertação (Mestrado em Demografia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas-SP.
- Brandão, E. R. (2006). Gravidez na adolescência: um balanço bibliográfico. Em Heilborn, M.L. et al. (org.). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro, Guaramond e Fiocruz.
- Castro, M. G.; Abramovay, M.; Silva, L. B. (2004). **Juventudes e sexualidade**. Brasília: Unesco.
- Cavenaghi, S.; Alves, J. E. D. (2011). Diversity of childbearing behaviour in the context of below-replacement fertility in Brazil. United Nations, Population Division, Expert Paper, No. 2011/8. Disponível em: <http://www.un.org/esa/population/publications/expertpapers/2011-Cavenaghi_Expert-Paper_FINAL_ALL-Pages.pdf>
- Heilborn, M. L. (2002). Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. **Horizontes Antropológicos**, ano 8, n. 17, p. 13-45.
- Heilborn, M. L. (2006). Experiência da sexualidade, reprodução e trajetórias biográficas juvenis. Em Heilborn, M.L. et al. (org.). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro, Guaramond e Fiocruz.
- Heilborn, M. L. et al. (orgs.) (2006). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz.

IPEA. (2008). Síndrome de Juno: gravidez, juventude e políticas públicas. In: Castro, J. A.; Aquino, L. (orgs.) **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília (DF).

Ministério da Saúde (2008). Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) de 2006 – Relatório Final. Brasília (DF).

Oliveira, M. C.F.A.; Vieira, J. M. (2009) Pregnancy among adolescents and child welfare: Is the mother's age a determinant factor? In: INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE, 26., 2009, Marrakech, Morocco. **Annals...** IUSSP, 2009. 29 p. Disponível em: <<http://iussp2009.princeton.edu/download.aspx?submissionId=92806>> . Acesso em agosto de 2010.